



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE
Conselho Estadual da Pessoa Idosa de MG

1 Às 09h30min, do dia onze de maio de 2020, reúnem-se, por meio web, em plenária
2 ordinária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI/MG, doravante identificado
3 CEI/MG, os conselheiros (as): Adilson do Nascimento Ferreira representando a Secretaria
4 de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE, Aletea Ferreira Prado de Figueiredo
5 representando a Secretaria de Estado de Saúde de *Minas Gerais* – SES, Barbara Gazolla
6 de Macedo representando a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia de MG –
7 SBGG, Felipe Willer de Araújo Abreu Junior representando o Movimento de Luta Pró Idoso
8 – MLPI, Hiram Acácio Leite de Ávila representando a Secretaria de Estado de Governo de
9 Minas Gerais – SEGOV; Maria Aparecida Rocha Johnson representando a Associação
10 Amigos da Terceira idade – AATTI de Teófilo Otoni, Mariângela de Bessa Chácara
11 representando a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE, Marina
12 Eugênia Mazzoni Cannan representando a Associação Brasileira dos Clubes da Melhor
13 Idade de BH – ABCMI-MG, Oswaldo Vieira Vilas representando Asilo Santo Antônio de
14 Leopoldina/ Instituição de Longa Permanência – ILPI, Perpétua de Jesus representado a
15 Associação Amigos da Terceira Idade – AATTI de Teófilo Otoni, Rodrigo Marques da Costa
16 representado a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE,
17 Rozina das Dores representando o Lar São Vicente de Paulo do Alto do Rio Doce – SSVP e
18 Silvestre Dias representado a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF/MG.
19 Registra-se as presenças das convidadas Aline Seoane Resende Paulino - representando o
20 Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais – Cemais, Simone Martins representado a
21 Universidade Federal de Viçosa – UFV, Valda Estefânia Cláudia Maciel - representando o
22 Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais - Cemais, Juliana de Fátima Oliveira -
23 Coordenação Estadual de Políticas para a Pessoa Idosa – CEPID e Walisson Gomes
24 representando Setor de informática da Casa de Direitos Humanos – CDH, daqui para
25 frente citados apenas pelo primeiro nome. I - Verificação do quórum: Às 10h15min, o
26 presidente Felipe Willer de Araújo Abreu Junior – MLPI verifica o quórum. Havendo
27 número regimental, dá início à plenária. II - Apresentação das justificativas dos
28 conselheiros ausentes: Rita Félix Eugênio. **III - Aprovação da ata:** Delibera-se por
29 proceder à aprovação da ata da plenária realizada no dia 06/04/2020. **IV - Aprovação**
30 **da pauta:** Nos termos apresentados aprovam a pauta do dia, unanimemente, e abre-se a
31 sessão plenária. **1. Validação da plenária virtual:** Felipe – MLPI afirma que será
32 necessário registrar no regimento interno do Conselho a realização das plenárias através
33 da plataforma digital e coloca em votação a realização da plenária ordinária do CEI/MG,
34 na presente data, através da web, link:
35 <https://us02web.zoom.us/j/84703098480?pwd=NzJsRW0rczVaSmhUTys2ZjRhYlBrUT09>
36 em virtude da pandemia do coronavírus seus impactos e complicações. Homologa-se a
37 supracitada, com consentimento do pleno. **2. Convocação CEI-MG – nº 03/2020 de**
38 **05/05/2020 3. Felipe – MLPI:** “Agradecemos a universidade em nome da professora
39 Simone que tem revelado uma grande parceira”. Ele esclareceu que a professora Simone
40 – UFV irá apresentar um diagnóstico das entidades de longa permanência – ILPI do
41 Estado de Minas Gerais que somam 446 entidades cadastradas no Cadúnico. Dessa
42 forma, concluiu: “O questionário norteia e justifica as ações que estamos discutindo pela
43 Resolução 02/2020 sobre alteração do plano de aplicação”. **4. Prof.ª Simone – UFV**
44 inicia apresentação sobre diagnóstico das entidades de longa permanência – ILPI do
45 Estado de Minas Gerais. **5. Felipe – MLPI** abre a palavra para os conselheiros, caso
46 queiram, perguntar à prof.ª Simone sobre a apresentação. **6. Osvaldo – ILPI** pontua
47 que as doações têm sido efetivas com a participação de vários seguimentos da sociedade
48 na região zona da Mata Leste. Doaram, por exemplo, equipamentos de proteção
49 individual – EPI (máscaras de proteção facial). Sobre esse ponto, pontua: “Fizemos a
50 inscrição no site <https://www.vakinha.com.br/>, estamos com R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
51 aproximadamente. Concordo com a senhora quando menciona que a gestora da equipe,
52 relata que o idoso é abandonado três vezes e principalmente pela família. Agora isso deve
53 ser anunciado no Ministério Público porque abandono é crime”. **7. Prof.ª Simone – UFV**

54 pontua que a menção do Osvaldo demonstra resultados positivos quando se observa a
55 importância do trabalho de sensibilização e do isolamento social. **8. Felipe – MLPI**,
56 solicita ao conselheiro Osvaldo que oriente os representantes das entidades de Instituição
57 de Longa Permanência – ILPI como se cadastrar no site <https://www.vakinha.com.br/>. **9.**
58 **Osvaldo – ILPI** menciona que o Corpo de Bombeiros exigiu da entidade, a qual
59 representa, que alargasse o corredor. “Teríamos que praticamente destruir a construção
60 da casa para atender as exigências do Corpo de Bombeiros. Recebemos uma casa oriunda
61 de doação por parte de uma senhora que doou através de testamento. Tivemos que fazer
62 um acordo judicial que até agora não conseguimos por questões financeiras. Esperamos
63 que através do site <https://www.vakinha.com.br/> consigamos o valor estimado em
64 R\$1000.000,00 (cem mil reais) para iniciar as reformas necessárias. A casa está à
65 venda”. **10. Prof.ª Simone – UFV** ressalta, então, que essa experiência é uma
66 experiência importante que deve ser compartilhada. **11. Osvaldo – ILPI** disser
67 concordar plenamente, pois inclusive as entidades devem usar a publicidade para divulgar
68 as instituições. **12. Felipe – MLPI** ressalta que a plenária tem tempo de fala, uma vez
69 que há vários assuntos para serem abordados. **13. Silvestre - SEF/MG** parabeniza a
70 prof.ª Simone pelo magnífico trabalho apresentado e a disponibilidade de repassar a
71 realidade das instituições para os conselheiros. Quanto à fala do conselheiro Osvaldo,
72 salientou que essa tem sua relevância, pois as instituições devem realmente buscar
73 iniciativas que venham ajudar no desenvolvimento de suas atividades. **14. Prof.ª**
74 **Simone – UFV** colocou-se à disposição em qualquer momento para esclarecer as demais
75 dúvidas **15. Rozina – SSVP** pergunta a prof.ª Simone se teve repasse de recursos
76 público para as entidades. **16. Prof.ª Simone – UFV** “Até 23 de abril de 2020, não
77 houve apoio financeiro, nem disponibilização de equipamentos ou materiais por parte de
78 poder público, apenas 58% (cinquenta e oito por centos) das instituições tiveram algum
79 tipo de orientações simplificadas ou receberam boletins”. **17. Rosina – SSVP** confirma a
80 percepção da prof.ª Simone. **18. Marina Eugênia – ABCMI – MG** sobre esse ponto
81 ressaltou que é papel do Conselho receber as demandas da sociedade, encaminhando-as
82 para o poder público, a fim de receber possíveis soluções. Deveria haver, nesse sentido,
83 uma ponte mais fluída com o poder público. Ressaltou ainda, que deveriam aproveitar as
84 facilidades da internet para veicular informações e que é direito do idoso ter acesso às
85 instituições de longa permanência. **19. Felipe – MLPI** esclareceu que: “Em conjunto com
86 a Universidade já estamos elaborando alguns *podcasts* para publicizar. Podemos nivelar
87 as informações. Depende muito do poder público porque quem disponibiliza o apoio
88 administrativo ao Conselho é o poder público, estamos usando as ferramentas da nossa
89 parceria com a professora Simone da UFV. Alethea fez uma relação de assuntos e temas
90 para *podcast*. A UFV vai tentar viabilizar e dar agilidade a essa criação. Se formos aos
91 trâmites da questão do apoio administrativo, passa pelo processo burocrático do Estado.
92 Conselho não é uma entidade que emite cheque, não é uma entidade pagadora apenas
93 libera audiência e fiscaliza. A universidade tem nos apoiado. Esse é o papel do Conselho,
94 exercer o controle social. O Estado não está funcionando da forma esperada. Podemos
95 solicitar o Ministério Público para entrar, atuar e apoiar nessa ação. Propomos,
96 orientamos, resolvemos, encaminhamos, fiscalizamos, monitoramos e cabe ao Estado
97 cumprir a resolução do Conselho. Enfim, cuidamos das políticas públicas em prol do
98 idoso. Nesse caso, toda a temática que envolve a política do envelhecimento perpassa
99 todas as coisas, então, esse é o nosso papel para que possamos alinhar a atuação das
100 políticas públicas que realmente está faltando e é amplo. Vamos fazer uma pesquisa,
101 chamamos os Conselhos Municipais para fortalecer os processos municipais que estão lá
102 na ponta. É papel nosso dar essa capacitação.” **20. Rodrigo – SEDESE** disse que tanto a
103 Cartilha sobre as redes de solidariedade quando as redes de apoio e pesquisa foram
104 realizadas pela Universidade Federal a partir de um Termo de Colaboração, embora não
105 se recorde da data que supõe ser final de março ou início de abril. Sobre o termo de
106 colaboração com a UFV, disse que iniciativa foi inicialmente do Conselho, tendo
107 desenvolvido *podcasts* no portal da CDH, conforme tirado na última reunião. Nas
108 palavras do Conselheiro: “Importante fazer está colocação porque não estou fazendo
109 defesa do Estado, sabem que sou crítico as ações do Executivo, a morosidade do
110 Governo, não sabe o quanto isso é complexo, os papéis que nos envolvem acaba nos
111 levando a situação onde ficamos bloqueados. Necessário que faça o processo de forma

112 direta e a Simone fez. Quem representa a pesquisa é a universidade, não é conosco, a
113 participação do Estado e da Universidade pode confirmar todo processo, como é que está
114 sendo construído, ainda, é a partir do Termo de Colaboração que foi feito, então é
115 importante afirmar este processo que chama de monitoramento avaliação". Sobre os
116 podcasts esclareceu, ainda, que podem ser acessados diretamente pelos *links* na página.
117 Já existindo diversos com várias temáticas da pessoa idosa, mas ainda falta o tema das
118 ILPIs. Disse que a maior dificuldade é realmente na liberação de recursos que
119 representam um desafio ante a publicação das resoluções. **21. Marina Eugênia –**
120 **ABCMI – MG** indaga que não recebeu as informações ditas pelo Rodrigo. **22. Rodrigo –**
121 **SEDESE** relata que as informações foram colocadas no grupo. **23. Felipe – MLP** afirma
122 que foi enviada para todos os conselheiros. No dia da apresentação, Marina Eugênia não
123 conseguiu entrar. **24. Marina Eugênia – ABCMI – MG** disse ter entendido e que não
124 gostaria de ficar inerte nas ações do Conselho. **25. Felipe – MLP** ressalta a importância
125 da experiência da conselheira Marina Eugênia em comunicação. **26. Prof.ª Simone –**
126 **UFV** disse ser ótimo saber da experiência da Marina Eugênia. Esclareceu ainda: "Quando
127 o Rodrigo se referiu aos documentos orientadores que foram produzidos pra
128 conhecimento, assim estamos com problemas porque são 853 municípios ao quais
129 possuem sua Secretaria Municipal de Assistencial Social. A informação precisa chegar.
130 Podemos considerar um grande desafio". **27. Marina Eugênia – ABCMI – MG** disse
131 sempre ter realizado o para diversos públicos e ressaltou os problemas da ausência/falhas
132 de comunicação. **28. Prof.ª Simone – UFV** completou a sua fala anterior: "Quando o
133 Rodrigo relata dessa parceria, penso que o Estado na figura da Coordenadoria Estadual
134 da Pessoa Idosa, entende a importância de trabalhar as políticas públicas da pessoa
135 idosa e da implementação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Precisamos buscar
136 outros meios. O Ministério Público está para fazermos o Estado cumprir o seu papel.
137 Estamos no momento onde passamos por um aprendizado. As famílias são responsáveis
138 quando se trata da pessoa idosa. É um conjunto de atividades que promove uma troca de
139 informação. Nesse momento precisamos pensar no presente e no futuro, o que é
140 essencial, o que precisa fazer para atender a demanda. Escrevi sobre o mito da
141 capacitação em escutar vozes e querendo preparar as pessoas. Precisamos agir, buscar
142 as parcerias possíveis. Por que não fazer uma campanha junto aos Conselhos Regionais
143 de Contabilidade para arrecadar recursos financeiros direcionados a pessoa idosa?
144 Podemos ver a possibilidade de agir, mas, precisa causar a visibilidade, melhorar a
145 comunicação, porque senão todo o trabalho desenvolvido perderá a transformação e a
146 ação necessária para desenvolver a informação objetivando alcançar no público-alvo. A
147 Portaria 369 do Ministério da Cidadania que traz aplicação de recurso e faz transferência.
148 Promover suporte técnico aos municípios. Tivemos a oportunidade de entrevistar alguns
149 responsáveis pela contabilidade dos municípios, na assistência social, quando detectamos
150 que os recursos não estão chegando principalmente para ILPIs. Temos que trabalhar de
151 forma que não se perca as informações, se não será mais uma que ficará engavetada.
152 São várias ações que podemos provocar para auxiliar as demandas direcionadas a pessoa
153 idosa. Buscar parcerias efetivas, criar uma comissão de comunicação para o trato das
154 informações são necessárias". **29. Marina Eugênia – ABCMI** relatou que os *podcasts*
155 são importantes para o governo, mas que as informações não estão bem tratadas.
156 Ademais ressaltou que os cuidados de higienização são essenciais, a forma de lidar com
157 as instituições de ILPIs, clínicas, hospitais, seja o meio interno ou externo também fará
158 com que a cidade se torne melhor para se viver. Nesse sentido aconselhou: "Aconselho a
159 UFV buscar o Maurício André, ele abarca bem no que se refere aos assuntos de
160 tratamento das águas. As cidades devem receber o devido tratamento para se viver com
161 qualidade". **30. Perpétua – AATTI** conversou com a UFV sobre a organização do
162 material, sobre a importância da distribuição de forma gradativa para não haver perda do
163 material e também do trabalho envolvido, concordando com as parcerias. **31. Bárbara –**
164 **SBG** sugere criar uma página no *Facebook* para o (CEI) e aproximar mais das entidades
165 divulgando as atividades e os *podcasts* **32. Felipe – MLP** disse que o *Facebook* está
166 parado, mas que precisa verificar as condições de acesso. Acatou as sugestões, disse
167 esperar mais proatividade dos conselheiros, ressaltando o seu acúmulo de tarefas.
168 Também pontuou que o trabalho da Secretária Executiva está prejudicado porque o
169 Estado ainda não disponibilizou o "modem". Ressaltou ainda, que irão trabalhar com

170 diagnóstico e pesquisa, aproximando a Universidade e das ILPIs, desenvolvendo o plano
171 de ação e trazendo uma maior articulação entre os Conselhos municipais. Pontuou: "Ter a
172 UFV como parceira é um grande avanço que irá proporcionar alcance de resultados
173 efetivos. Em 08 de março de 2020 soltamos uma nota orientando os idosos sobre a
174 pandemia, fomos o primeiro Conselho ao nível do Brasil a ter esta iniciativa". **33.**
175 **Mariângela – SEE** comunica que teve compromisso que coincidiu com o horário da
176 plenária, apenas assistiu parte da apresentação e se desculpa. **34. Rodrigo – SEDESE**
177 ficou de reenviar a planilha com as informações de todas as ILPIs. **35. Aline – CeMAIS**
178 pede esclarecimento sobre a elaboração do edital no quesito valor destinado ao edital e
179 seus objetivos. **36. Felipe – MLP** esclarece as dúvidas da Aline – CeMAIS orientando
180 que deve ser pelo art. 30, marco regulatório com dispensa de licitação e agregar toda a
181 documentação. Afirma que pode ser por Termo de colaboração. Nesse sentido esclareceu:
182 "Também podemos passar o recurso para entidade mãe agilizar e desburocratizar o
183 processo. Dando continuidade os presidentes dos conselhos tiveram reunião com a
184 SEDESE. Mudamos o plano de aplicação, destinamos R\$ 500.000,00 para as ILPIs. Posso
185 afirmar que estamos à frente dos demais conselhos. Estamos na terceira plenária e
186 vamos ter uma extraordinária ou até mais. Cobramos da SEDESE a situação da secretaria
187 executiva que até a presente data está sem o modem." **37. Osvaldo – ILPI** comunicou
188 que tem *modem* disponível em casa, que irá disponibilizar, via correio, destinado ao
189 endereço da residência da secretária executiva. **38. Felipe – MLP** informou que os
190 presidentes dos Conselhos tiveram reunião com a SEDESE e mudaram o plano de
191 aplicação, destinando R\$ 500.000,00 para as ILPIs. Disse que a solução é aguardar a
192 liberação de recursos para publicação das resoluções que tem validade após sua
193 publicação. Nesse sentido, esclareceu que: "A posse foi publicada há 15 dias, depois de
194 alguns dias, publicaram a do Adílson que foi pedido desde fevereiro/2020. Vamos
195 conseguir publicar a resolução que libera recursos financeiros, talvez
196 fevereiro/março/2021. Encaminhar *e-mail* não está tendo retorno continuamos sem
197 informação. Estou com ofício pronto para encaminhar para a SEDESE, SES e SEGOV que
198 será enviado através do SEI-MG. Estamos fazendo a nossa parte. São ações que essa
199 semana serão feitas. Não consegui acabar uma parte que me comprometi devido a várias
200 demandas: ajudar a Simone na elaboração do edital, alterar o regimento interno (2/3
201 para aprovação) e a minuta da resolução que normatiza o funcionamento do Fundo
202 Estadual da Pessoa Idosa." Disse ainda que o Estado de Espírito Santo, São Paulo,
203 Paraná, Santa Catarina Rio Grande do Sul e Minas Gerais com já tem histórico de COVID-
204 19 com relato de óbito. Ressaltou que são 408 entidades cadastradas no *CadÚnico* e 680
205 no Ministério Público, entre entidades públicas, privadas e híbridas. Salientou que no
206 Estado de Minas Gerais existem famílias querendo institucionalizar os idosos e que a
207 orientação é pela não admissão de novos idosos. Nesse sentido, a SEDESE também
208 publicou uma nota de orientação que as entidades devem aderir como a rede
209 solidariedade proposta pela UBS. Disse que a Portaria 1369 versa sobre repasse de
210 fundos do Conselho Nacional da Assistência Social para os conselhos municipais que
211 devem fazer adesão. Disse também ter faltado uma nota de orientação com três ações
212 específicas: a primeira sobre equipamento de segurança para técnicos dos *Cras* e *Creas*,
213 a segunda sobre o material e a terceira sobre alimentação. Disse que a adesão é pelo
214 Ministério de Direitos Humanos que propõe uma licitação para escolha cinco entidades
215 que vão se beneficiar. Nesse sentido expôs: "O Brasil abrange 3.000 ILPIs cadastradas,
216 podendo contar no Sudeste 500 e especificamente Minas Gerais com 100. Adquirir
217 equipamentos para aferição imediata como termômetros com mercúrio ou digital, ou
218 termômetro de testa e oxímetros de dedo digital para aferir pulsação. Temos que avaliar
219 tanto os internos quanto os funcionários. Estão pensando em aumentar o recurso para
220 poder repassar. Nosso Conselho está funcionando melhor do que os outros parceiros. Já
221 estamos realizando as reuniões através de plataformas digitais, estamos mais avançados,
222 porém, os outros Estados estão mais rápidos nas ações de políticas públicas". Disse,
223 também, que é necessário tomar cuidado com nossas ações de justificativas de agilidade
224 para atender as emergências para que não caiam na ilegalidade. Expôs também que não
225 há diretriz explícita sobre o funcionamento do Ministério Público no período de pandemia.
226 Dessa forma, estão tentando afastar, de forma temporária, o CEBAS de forma temporária
227 para conseguirem operacionalizar os recursos de forma mais rápida, incorporando os

228 recursos oriundos do imposto de renda - IR. Por fim, disse que as parceiras no âmbito
229 nacional e regional estão ainda montando as parcerias e que as redes sociais têm ajudado
230 no desenvolvimento do trabalho. **39. Osvaldo – ILPI** relata que alguns profissionais
231 fizeram um trabalho de arrecadação em cima do IR para beneficiar as entidades. Algumas
232 entidades deixaram de receber porque estavam com CNPJ errado. **40. Felipe – MLP**
233 pede para ser notificado, por e-mail, caso de entidade que tiverem com dificuldades para
234 receber recursos oriundos de doação através de IR. Atenta, também, para o prazo de 30
235 de junho de 2020. **41. Rodrigo – SEDESE** expõe que de acordo com a Portaria nº 2754 de
236 setembro de 2019, os fundos municipais que efetivassem seus cadastrados até 20 de
237 outubro de 2014 teriam este cadastro interligado com o cadastro da Receita federal.
238 Contudo, as entidades que não foram cadastradas ou recadastradas não receberam os
239 recursos oriundos do IR. **42. Marina Eugênia – ABCMI** ressalta a importância do
240 trabalho da secretária executiva que no presente momento está ausente devido a falta de
241 equipamentos de internet na sua residência. Pede interferência do Rodrigo – SEDESE
242 para solucionar esta questão. **43. Rodrigo - SEDESE** orienta Ângela que agora que está
243 representando nesta plenária a secretaria executiva e sugere procurar a coordenação da
244 Casa de Direitos Humanos na pessoa da Clara Oyamaguchi de forma incisiva e cobrar a
245 questão da disponibilização da *internet* para a secretária executiva, Leila Lopes,
246 desenvolver suas atividades. **44. Felipe – MLP** expôs que quanto ao grupo irá adicionar
247 a Simone e Aline para proporcionar uma melhor interatividade. **45. Rodrigo – SEDESE**
248 esclareceu que: "Estamos no momento da construção dos processos das resoluções, mas
249 deve anteceder o processo de despesa de chamamento público. Qual a resposta do
250 CEI/MG quanto as publicações? Nenhuma publicação relacionada ao fundo foi publicada.
251 Estamos com trâmite de 04 resoluções para encaminhar para publicação". Sugeriu
252 comunicar a secretária Elizabeth Jucá sobre a morosidade das publicações e disse faltar o
253 ofício para publicar as quatro Resoluções juntas. **46. Felipe - MLP** disse que a SEDESE
254 está morosa no encaminhamento para SEGOV. Solicitou ao secretário a liberação
255 orçamentária e mais recursos financeiros para otimizar a atuação do (CEI/MG). **46.**
256 **Marina Eugênia – ABCMI** disse terem o direito de responsabilizar o governo. **45.**
257 **Rosina - SSVF** tem dúvidas se sua entidade está cadastrada e Rodrigo faz a consulta
258 para averiguar. **46. Rodrigo - SEDESE** orienta a Rosina como fazer para ajustar a
259 situação para receber recursos financeiros oriundos do poder público. Solicita a Juliana -
260 CEPID que consulte na SEDESE/SUBAS sobre o cadastro específico da entidade, Lar São
261 Vicente de Paulo do Alto do Rio Doce - SSVF, uma vez que está cadastrada no CEBAS.
262 **47. Juliana – CEPID** menciona que pode não estar cadastrada no SUAS, mas pode ter
263 cadastro na saúde ou na educação. **48. Rodrigo – SEDESE** conclui que se a entidade
264 não está cadastrada por este motivo não está recebendo recursos, pois não tem cadastro
265 no fundo da SEDESE / SUAS. **49. Felipe – MLP** disse que quem gerencia o fundo é o
266 próprio município através das secretárias municipais de assistência social. **50.**
267 **Manifestação dos conselheiros:** de forma unânime os conselheiros relatam que este
268 momento que estão enfrentando diante da pandemia do COVID-19 é um aprendizado.
269 Disseram que a apresentação da prof.^a Simone traz um grande aprendizado, crescimento
270 e conhecimento para todos. Agradeceram, então, pela sua disponibilidade
271 no desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa. **51. Prof.^a**
272 **Simone – UFV** fez seus agradecimentos. **FELIPE – MLPI** também estendeu a todos
273 seus agradecimentos. **V. Informes:** 1.criação do grupo fechado, divisão dos trabalhos,
274 buscar o acesso à página do Facebook para CEI. 2. Haverá uma reunião extraordinária. 3.
275 Reunião virtual com o subsecretário de direitos humanos. **VI. Encaminhamentos:** 1.
276 Encaminhou a última ata para correções e publicação. 2. Encaminhou ofício para a
277 Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social, SEDESE nominado á secretária
278 Elizabeth Jucá cobrando a situação da secretaria executiva. 3. Encaminhamento de ofício
279 para Secretaria de Estado de Saúde destinado ao secretário Carlos Eduardo Amaral
280 Pereira da Silva. 4. Verificar junto a SUBAS a situação de cadastro da entidade Lar São
281 Vicente de Paulo do Alto do Rio Doce – SSVF. **VII. Encerramento:** Cumprida a finalidade
282 da reunião, a presidência procede ao seu encerramento, às 12h:02min.